

	Anexo I – Termo de Referência Prova de Conceito de Gestão de Processos Judiciais, integrado ao TJRJ, CNJ e demais tribunais	001/2025
---	---	------------------------

1. DO OBJETIVO DA PROVA DE CONCEITO (POC)

1.1. Esse anexo apresenta os requisitos gerais para a realização da **Prova de Conceito de solução sistêmica de Gestão de Processos Judiciais e administrativos**, em ambiente de procuradoria, com integração ao TJRJ, CNJ e demais tribunais, bem como à Dívida Ativa Municipal, com a solução hospedada em nuvem.

1.2. A estrutura adotada busca garantir a avaliação criteriosa das soluções candidatas, com base em requisitos funcionais, operacionais e estratégicos previamente mapeados pela instituição.

1.3. Cada quesito foi formulado a partir de **diagnóstico interno dos problemas enfrentados** e das **funcionalidades desejáveis para o aprimoramento da gestão jurídica pública**, assegurando critérios objetivos, mensuráveis e alinhados às boas práticas da administração pública. A PoC representa, portanto, etapa essencial para aferição prática das capacidades técnicas e aderência das soluções às necessidades institucionais da PGM Niterói.

1.4. A verificação da conformidade do objeto se destina a garantir que a proponente possua o sistema adequado às necessidades da PGM Niterói. Assim sendo, os sistemas serão submetidos à verificação técnica para apurar seu atendimento aos requisitos estabelecidos no Edital da PoC e neste Termo de Referência.

1.5. A Prova de Conceito (PoC) tem como principal objetivo **verificar, de forma prática e controlada, a aderência das soluções tecnológicas às necessidades operacionais e estratégicas da Procuradoria Geral do Município de Niterói**. Busca-se identificar, com base em critérios objetivos, a plataforma que melhor atenda aos requisitos funcionais mapeados, promovendo ganhos de eficiência, segurança, transparência e padronização na atuação jurídico-institucional.

1.6. Além da validação técnica, a PoC permitirá observar a capacidade das soluções candidatas em termos de:

	Anexo I – Termo de Referência Prova de Conceito de Gestão de Processos Judiciais, integrado ao TJRJ, CNJ e demais tribunais	001/2025
---	--	-----------------

- Flexibilidade na configuração e evolução do sistema;
- Integração com fluxos internos e externos;
- Usabilidade e experiência dos usuários;
- Potencial de inovação e aderência à transformação digital da administração pública.

2. CENÁRIO HIPOTÉTICO PARA UTILIZAÇÃO DA SOLUÇÃO SISTÊMICA A SER AVALIADA NA POC

2.1. A solução sistêmica a ser avaliada será utilizada em ambiente de procuradoria com o intuito de aprimorar o controle, aumentar a produtividade e garantir o sucesso na tramitação dos processos judiciais da Execução Fiscal, do Contencioso Fiscal e do Contencioso Comum, por meio de uma integração sistêmica entre a procuradoria, a Dívida Ativa e o Poder Judiciário fluminense e tribunais superiores, bem como a tramitação de processos administrativos, consultivos ou referentes à procedimentos internos na Procuradoria.

2.2. A solução sistêmica será utilizada pelo corpo jurídico da procuradoria, composto por procuradores, assistentes, residentes e estagiários. Os acessos serão efetuados por meio de computadores, tablets e smartphones, de forma que o usuário tenha o sistema disponível no momento apropriado, com boa performance e consistência das informações apresentadas.

3. DA REALIZAÇÃO DA PROVA DE CONCEITO (POC)

3.1. Participarão da PoC o representante credenciado da empresa proponente e membros da comissão especial da PGM Niterói;

3.2. Deverá ser realizada uma explanação por parte da PROPONENTE quanto ao ambiente efetivamente disponibilizado para a PoC e eventuais testes posteriores, pontuando eventuais dificuldades encontradas nas integrações com terceiros, bem como detalhando as funcionalidades disponibilizadas e o modus operandi da solução.

 PREFEITURA NITERÓI PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	Anexo I – Termo de Referência Prova de Conceito de Gestão de Processos Judiciais, integrado ao TJRJ, CNJ e demais tribunais	001/2025
--	---	------------------------

3.3. A Comissão Especial assistirá à sessão de amostragem e emitirá parecer favorável ou não, quanto ao atendimento dos quesitos constantes no **Critério de verificação da Prova de conceito**.

3.4. Objetivando manter a celeridade do certame, a amostragem deverá se limitar a apresentação das ferramentas que atendam aos quesitos definidos no **Critério de verificação da Prova de conceito**.

3.5. Cada PROPONENTE terá **até 04 horas** para apresentar a solução disponibilizada e comprovar o atendimento dos quesitos constantes no “**Critérios de verificação da Prova de conceito** (Cláusula 7 - item 7.1 do TR).” Este prazo poderá ser prorrogado, a critério da comissão, caso haja falha não imputável ao proponente, devidamente justificada por escrito.

3.6. A configuração dos hardwares e softwares a serem utilizados na prova de conceito deverá guardar similaridade quanto ao ambiente recomendado para utilização da solução.

3.7. Não será permitido durante a realização da POC:

- O uso de apresentações em slides ou vídeos quando tratarem da confirmação das especificações funcionais;
- A gravação de código (programas executáveis, scripts ou bibliotecas) durante e após a realização da prova em nenhum tipo de mídia para posterior uso ou complementação;
- A alteração, criação ou desenvolvimento de qualquer código fonte ou sua publicação;
- Aproveitamento de templates criados anteriormente para demonstrar itens diferentes, descaracterizando a execução funcional do item que está sendo demonstrado.

3.7.1. A infração de quaisquer das regras estabelecidas neste item desclassificará a empresa proponente.

3.8. Após a conclusão do julgamento feito pela CONTRATANTE, será informado à empresa PROPONENTE o resultado da avaliação.

3.9. Quaisquer dificuldades que impeçam a continuidade dos trabalhos ou provoquem

 PREFEITURA NITERÓI PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	Anexo I – Termo de Referência Prova de Conceito de Gestão de Processos Judiciais, integrado ao TJRJ, CNJ e demais tribunais	001/2025
--	---	------------------------

atividades adicionais e que forem provocadas, comprovadamente, pelos processos internos da PGM Niterói, não terão seu tempo contado como realização da Prova de Conceito e não poderão ser considerados como prejuízo a PROPONENTE durante a avaliação.

4. DA FASE DE TESTES DA SOLUÇÃO AVALIADA NA PoC

4.1. Após a conclusão, com sucesso, da PoC, a aplicação será disponibilizada, por até 07 dias corridos, em regime 24 x 7, pela PROPONENTE, para acesso pela PGM Niterói, sem restrições, pela Internet.

4.2. Haverá o apoio da PROPONENTE aos usuários da PGM Niterói em regime de 8 x 5, no mínimo, **por 07 (sete) dias corridos**, conforme detalhado na cláusula seguinte, “Da Capacitação”, integrante desse anexo.

5. DA CAPACITAÇÃO

5.1. Do Treinamento

5.1.1. Antes da disponibilização da solução na plataforma de Computação na Nuvem, a PROPONENTE deverá ministrar treinamento, o mínimo necessário, presencial ou remoto, para configuração, parametrização, gerenciamento, monitoração e operação da solução.

5.1.2. A PROPONENTE será responsável por especificar o ambiente necessário ao treinamento e prover o material didático. A PGM Niterói será responsável por prover a infraestrutura de treinamento.

5.1.3. Os instrutores devem ser capacitados para a treinamento.

	Anexo I – Termo de Referência Prova de Conceito de Gestão de Processos Judiciais, integrado ao TJRJ, CNJ e demais tribunais	001/2025
---	--	---------------------------------------

5.1.4. A PROPONENTE deverá disponibilizar as instruções do treinamento em mídia eletrônica, em formato HTML ou PDF, ilustrado com imagens para que a CONTRATANTE possa fazer a divulgação.

5.2. Do Hands-On:

5.2.1. A PROPONENTE deverá realizar operação assistida, com presença on-site ou remota de seu técnico, em horário comercial (8x5) na configuração e operação da solução disponibilizada na Nuvem, durante toda a fase de testes.

5.2.2. Responsabilidades durante a Operação Assistida:

5.2.2.1. Garantir a disponibilidade e desempenho do ambiente.

5.2.2.2. Apoio, para os usuários da PGM Niterói, na configuração, administração, ajustes e operação nas funcionalidades da solução disponibilizada na Nuvem.

6. DAS OBRIGAÇÕES

6.1. A PROPONENTE deverá:

6.1.1. Providenciar todos os hardwares (Exemplo : notebook, modem 3g ou 4g, etc.) e softwares necessários para a realização da prova de conceito.

6.1.2. Disponibilizar, de forma continuada, 24 x 7, recursos computacionais necessários para hospedar, na plataforma de Computação na Nuvem ou em servidores de sua propriedade, a solução a ser submetida à PoC e posteriormente utilizada/testada pelos usuários da PGM Niterói.

 PREFEITURA NITERÓI PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	Anexo I – Termo de Referência Prova de Conceito de Gestão de Processos Judiciais, integrado ao TJRJ, CNJ e demais tribunais	001/2025
--	---	------------------------

6.1.3. Disponibilizar, de forma continuada, 8 x 5, serviços de configuração, suporte, manutenção, operação assistida, monitoração e gestão do ambiente de hospedagem da solução, durante a etapa de configuração e testes.

6.1.4. Fornecer apoio e suporte, presencial ou remoto, para a equipe técnica da PGM Niterói na configuração da solução disponibilizada.

6.1.5. Fornecer apoio e suporte, presencial ou remoto, para os usuários da PGM Niterói na utilização da solução disponibilizada para testes.

6.1.6. Ao final da PoC ou dos testes da solução, efetuar a exclusão de todos os dados e de suas cópias no ambiente da plataforma de Computação na Nuvem e/ou nos servidores da proponente.

6.2. **A PGM Niterói deverá:**

6.2.1. Disponibilizar os recursos de infraestrutura necessários, na PGM Niterói, para conexão com o sistema da PROPONENTE disponibilizado na plataforma de Computação na Nuvem, via internet.

6.2.2. Disponibilizar local adequado para a amostragem, com uma TV de 60" e cabo HDMI para conexão do notebook da PROPONENTE durante a apresentação, que será acompanhada por uma Comissão Especial de Apoio (CT-POCPJ) composta por 07 (sete) servidores da Procuradoria Geral do Município.

6.2.3. Acompanhar a PROPONENTE durante a PoC.

6.2.4. Repassar todas as informações necessárias para a PoC, conforme definido no edital e neste TR.

7. **CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PROVA DE CONCEITO (PoC)**

7.1. A análise das soluções sistêmicas apresentadas na PoC será realizada por meio de

	Anexo I – Termo de Referência Prova de Conceito de Gestão de Processos Judiciais, integrado ao TJRJ, CNJ e demais tribunais	001/2025
---	--	-----------------

parecer técnico elaborado pelos membros da comissão técnica, considerando o atendimento aos **itens obrigatórios** e **itens relevantes/opcionais** constantes nos 12 quesitos funcionais estabelecidos neste Termo de Referência, item 7.7, os quais deverão ser apresentados sequencialmente, obedecendo a ordem constante no presente anexo.

7.2. Tendo em vista que a PoC possui caráter **prévio, experimental e independente** do processo licitatório definitivo, **não será atribuída às empresas participantes qualquer classificação de APTA ou INAPTA.**

7.3. Como alternativa, será adotado um **ranking de grau de aderência** de cada solução sistêmica em relação aos requisitos técnicos da PoC, com base nos seguintes critérios:

a) Quantitativo de itens obrigatórios atendidos

b) Quantitativo de itens relevantes/opcionais atendidos

7.4. A ordenação no ranking será definida segundo as seguintes regras:

a) Critério principal: ordem decrescente do número de itens obrigatórios atendidos;

b) Critério de desempate: maior número de itens relevantes/opcionais atendidos.

7.5. Esse ranking tem como objetivo orientar tecnicamente o processo de avaliação, permitindo à comissão técnica uma visão comparativa do desempenho das soluções, sem implicar em qualquer tipo de pré-qualificação ou julgamento quanto à participação futura em eventual certame licitatório.

7.6. Estarão **habilitadas para a etapa de testes** (item 4) as soluções que:

a) obtiverem atendimento igual ou superior a **90%** dos **itens obrigatórios**, e

b) estiverem entre as **05 primeiras colocadas** no “**Ranking de grau de aderência**”.

	Anexo I – Termo de Referência Prova de Conceito de Gestão de Processos Judiciais, integrado ao TJRJ, CNJ e demais tribunais	001/2025
---	--	-----------------

7.7. Tabela de Requisitos Funcionais da Solução – PoC

Quesito 01 – Integrações com sistemas judiciais e municipais			
Descrição : avaliar a capacidade da solução proposta de realizar integrações nativas, em conformidade com o Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI), com os principais órgãos do Poder Judiciário (TJRJ – 1º e 2º graus, TRF2, TRT1, STJ, STF e CNJ/Domicílio Judicial Eletrônico), garantindo pelo menos as seguintes funcionalidades: - peticionamento eletrônico (inicial e intercorrente) - consulta processual - consulta de avisos pendentes - registro de ciência de comunicações. A solução deverá permitir a execução dessas operações de forma individual e em lote, apresentando os respectivos protocolos de envio ou apontamento técnico dos erros. Além disso, será considerado um diferencial técnico, a possibilidade de integração com os sistemas administrativos e institucionais relevantes para o Município de Niterói, em especial para a “PGM Niterói – Procuradoria Geral do Município de Niterói”, tais como : - E-Cidade - Sistema de gestão administrativa e financeira da Prefeitura de Niterói; - E-CIGA - Sistema oficial de processo eletrônico do Município de Niterói; - SEI - TCE-RJ - Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, para consulta e intercâmbio de informações de processos e relatórios; - CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - SERASA - Integração que permita consulta e eventual envio de dados relacionados à inadimplência e protestos, conforme normas legais vigentes, para fins de consulta, intercâmbio de informações e, quando aplicável, registro de dados em conformidade com as normativas legais.			
Item Avaliado	Descrição do item a ser demonstrado	Critério de Avaliação	Obrigatório
Integração com TJRJ (1º e 2º grau)	Realiza peticionamento eletrônico, consultas processuais e comunicação conforme MNI e eventuais customizações implementadas pelo TJRJ.	O sistema deve demonstrar integração ativa, com possibilidade de peticionar (inicial e intercorrente), consultar processos e registrar comunicações com retorno de protocolo ou justificativa técnica.	SIM
Integração com TRF2 e TRT1	Peticionamento e consulta processual com retorno de protocolo ou relatório técnico de erro.	O sistema deve possibilitar peticionamento eletrônico e consulta processual com recebimento de protocolo, erro validado ou aviso técnico.	SIM
Integração com STJ e STF	Consulta de processos e petições (quando aplicável).	Deve ser demonstrada a consulta e acompanhamento de tramitação dos processos, com opção de peticionamento nos casos admitidos.	SIM
Integração com CNJ (Domicílio Judicial Eletrônico)	Recebimento e controle de comunicações judiciais conforme Provimento CNJ nº 130/2022.	Deve ser demonstrado que o sistema é capaz de captar, controlar e registrar as comunicações oriundas do DJE conforme Provimento CNJ nº 130/2022.	SIM

	Anexo I – Termo de Referência Prova de Conceito de Gestão de Processos Judiciais, integrado ao TJRJ, CNJ e demais tribunais	001/2025
---	--	-----------------

Capacidade de operação em lote	Execução das funcionalidades em lote, com retorno de protocolos, demonstrando os recursos contemplados no sistema que apoiam a execução e a gestão dessa funcionalidade.	O sistema deve possibilitar execução em lote de petições, consultas e comunicações, com registro individualizado de cada operação.	SIM
Integração com CADIN e SERASA	Consulta e registro de dados conforme as normas legais vigentes.	Deve permitir a consulta a registros de inadimplência e, se cabível, envio de dados à base, respeitando as normativas legais.	NÃO
Facilidade de parametrização de novas integrações	Analisar o grau de independência da contratante em implementar novas integrações OU avaliar o grau de parametrização do sistema de forma que as futuras integrações demandem esforço reduzido da equipe técnica da contratada, sendo liberadas com celeridade.	Deve ser demonstrado a flexibilidade da solução em ajustar as rotinas de integração de acordo com os valores dos parâmetros envolvidos.	NÃO
Retorno técnico de erros	Mensagens técnicas claras e rastreáveis em caso de falhas nas operações, de forma que o usuário perceba, de imediato, se errou na execução de alguma tarefa ou se o sistema realmente apresenta alguma falha na execução da mesma.	O sistema deve apresentar registros técnicos inteligíveis com as causas dos erros ou falhas nas integrações realizadas.	SIM

Quesito 02 – Integração com a Dívida Ativa Municipal e Gestão Automatizada de Cobrança Judicial			
Descrição : verificar se o sistema proposto contempla funcionalidades de integração dinâmica com o sistema da Dívida Ativa municipal, bem como ferramentas para gestão inteligente e automatizada do ajuizamento e acompanhamento de execuções fiscais.			
Item Avaliado	Descrição do item a ser demonstrado	Critério de Avaliação	Obrigatório
Integração com a Dívida Ativa	O sistema permite o input de dados de créditos inscritos por inclusão manual, importação de arquivos (TXT/XML) e integração via webservice/API ? Para a PoC disponibilizaremos uma base de dados, no formato XLSX, a qual deverá ser importada para o sistema.	Deve ser demonstrada a existência e funcionamento das três modalidades de integração.	NÃO (para a PoC - importação arquivo)
Validação de dados importados	Aplicação de regras pré-definidas para validação automática e identificação de inconsistências impeditivas ao ajuizamento. Deverá ser demonstrado o funcionamento automatizado da validação, com exibição de mensagens ou alertas para pendências.	Deve ser demonstrado o funcionamento automatizado da validação, com exibição de mensagens ou alertas para pendências.	SIM
Abertura automatizada de processos	Geração automática de autos de execução fiscal e recibo de protocolo a partir de créditos validados.	Deve ser demonstrada a criação automática dos autos e recibo processual a partir de dados da Dívida Ativa.	SIM
Módulo de gestão por devedor	Consolidação do histórico de cobranças e acompanhamento de débitos e processos vinculados a cada devedor.	Deve ser demonstrada a existência de módulo que centralize essas informações com filtro por devedor.	SIM, para os débitos importados

	Anexo I – Termo de Referência Prova de Conceito de Gestão de Processos Judiciais, integrado ao TJRJ, CNJ e demais tribunais	001/2025
---	--	-----------------

Classificação e categorização de créditos	Possibilidade de classificar créditos por tipo e por potencial de recuperação, de forma manual ou automatizada.	Deve ser demonstrada essa funcionalidade no módulo de gestão de débitos.	NÃO
Controle de parcelamentos e suspensões	Registro de parcelamentos ativos, decisões judiciais, garantias apresentadas e liminares. Demonstrar o controle dessas informações e seu vínculo com os processos correspondentes.	Deve ser demonstrado o controle dessas informações e seu vínculo com os processos correspondentes.	SIM
Histórico de cobrança administrativa e judicial	Registro de notificações, protestos, inclusões em cadastros restritivos e ações judiciais. Demonstrar o histórico completo e acessível por devedor e/ou crédito.	Deve ser demonstrado o histórico completo e acessível por devedor e/ou crédito.	NÃO
Sinalização de grandes devedores	Filtros e marcações para identificar e monitorar devedores grandes ou estratégicos.	Deve ser demonstrada essa funcionalidade de sinalização e filtragem.	SIM
Visualização do status do crédito fiscal	Indicação atualizada da situação do crédito (pago, cancelado, prescrito, parcelado, suspenso etc.).	Deve ser demonstrado painel ou campo que apresente essa informação de forma clara, inclusive em campo variável nas petições	SIM
Cálculo automático da dívida	Cálculo do valor atualizado da dívida, com base em parâmetros definidos pela contratante, com atualização periódica ou por consumo de API com o sistema da dívida.	Deve ser demonstrado o cálculo automático, os parâmetros utilizados e sua configuração no sistema.	NÃO
Comunicação pós-ajuizamento à Dívida Ativa	Envio automático do número do processo judicial ao sistema da Dívida Ativa, via integração rastreável.	Deve ser demonstrada a existência da funcionalidade com evidência do fluxo de envio automático e registro da transmissão.	SIM

Quesito 03 – Gestão de RH e Movimentação do Acervo de Processos Judiciais			
Descrição : este quesito tem por objetivo avaliar as funcionalidades do sistema relacionadas à gestão de recursos humanos e à redistribuição do acervo processual. Será verificado se a solução permite o controle personalizado de usuários, o registro de afastamentos e a movimentação automatizada de processos. Também será considerada a existência de interfaces gerenciais para monitoramento da carga de trabalho e da distribuição processual.			
Item Avaliado	Descrição do item a ser demonstrado	Critério de Avaliação	Obrigatório
Cadastro e configuração de usuários	O sistema permite o cadastro completo de usuários, com definição de funções, especialidades e regras personalizadas de distribuição de processos ?	Deve ser demonstrada a funcionalidade de cadastro detalhado e configuração de critérios de distribuição conforme parâmetros definidos pela Procuradoria.	SIM
Cadastro de afastamentos	O sistema permite o registro de afastamentos com indicação de período, tipo e substituto designado ?	Deve ser demonstrado o cadastro de afastamentos e a vinculação automática ou manual de substitutos.	SIM

	Anexo I – Termo de Referência Prova de Conceito de Gestão de Processos Judiciais, integrado ao TJRJ, CNJ e demais tribunais	001/2025
---	--	-----------------

Redirecionamento de processos	O sistema permite o redirecionamento automático ou manual de processos em caso de afastamento do titular ?	Deve ser demonstrada a redistribuição de processos com base no afastamento registrado.	SIM
Configuração de regras de distribuição	O sistema permite configurar regras de distribuição por matéria, área, volume ou complexidade ?	Deve ser demonstrada a existência de parâmetros configuráveis para distribuição de processos.	NÃO
Diferenciação de processos em andamento e novas intimações	O sistema diferencia processos em andamento daqueles com novas intimações, redirecionando apenas os novos ao substituto ?	Deve ser demonstrado o comportamento diferenciado na redistribuição conforme o tipo de movimentação processual.	NÃO
Interface de acompanhamento	O sistema possui tela de acompanhamento com visualização da situação dos usuários (ativos, afastados, substituídos) e da distribuição dos processos ?	Deve ser demonstrada a interface de gestão de afastamentos e redistribuições com relatórios gerenciais.	SIM
Distribuição por função e fluxo	O sistema permite redistribuir processos do usuário afastado com base na função e fluxo institucional do substituto ?	Deve ser demonstrada a redistribuição orientada por especialidade ou área de atuação.	NÃO
Redistribuição automatizada com base em parâmetros configuráveis	O sistema realiza redistribuição automática com base em perfil funcional, fluxo institucional e carga de trabalho ?	Deve ser demonstrada a configuração e execução da redistribuição automatizada conforme os parâmetros definidos.	NÃO
Visualização gerencial da carga de trabalho	O sistema permite visualizar a carga de trabalho e redistribuições por usuário, unidade ou matéria ?	Deve ser demonstrado painel ou relatório com essas informações consolidadas.	NÃO
Configuração de fluxos de trabalho	O sistema permite configurar fluxos de trabalho para distribuição automática ou manual de processos ?	Deve ser demonstrada a configuração e aplicação dos fluxos conforme necessidade da Procuradoria.	SIM

Quesito 04 – Distribuição Inteligente de Processos e Atos entre Procuradores			
Descrição : este quesito avalia a capacidade do sistema em realizar a triagem, classificação e distribuição automatizada de processos e atos entre procuradores, com base em critérios técnicos e institucionais. Serão verificadas funcionalidades de inteligência artificial, redistribuição provisória e definitiva e ferramentas gerenciais para equilíbrio da carga de trabalho.			
Item Avaliado	Descrição do item a ser demonstrado	Critério de Avaliação	Obrigatório
Distribuição automática	O sistema realiza distribuição automática de processos com base em critérios definidos pela Procuradoria (área, carga, matéria, complexidade etc.) ?	Deve ser demonstrada a configuração e execução da distribuição automática conforme os critérios institucionais.	SIM
Distribuição direcionada	O sistema permite que o gestor selecione manualmente o procurador responsável por determinado processo ou ato ?	Deve ser demonstrada a funcionalidade de distribuição manual direcionada.	SIM

 PREFEITURA NITERÓI PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	Anexo I – Termo de Referência Prova de Conceito de Gestão de Processos Judiciais, integrado ao TJRJ, CNJ e demais tribunais	001/2025
---	---	------------------------

Redistribuição provisória e definitiva	O sistema permite redistribuição definitiva (transferência total) e provisória (atuação temporária), especialmente em casos de afastamento ?	Deve ser demonstrada a distinção entre os dois tipos de redistribuição e sua aplicação prática.	SIM
Triagem automatizada com IA	O sistema utiliza IA para analisar o conteúdo das intimações e peças processuais, identificando matéria jurídica e tipo de decisão ?	Deve ser demonstrada a triagem automatizada com base em leitura semântica e classificação temática.	NÃO
Sugestão de distribuição com IA e automação (classificação automática)	O sistema sugere a distribuição com base na matéria identificada e nas regras de especialização da Procuradoria ?	Deve ser demonstrada a sugestão automatizada de distribuição com base em IA e a classificação automática, conforme parâmetros a serem concedidos.	NÃO
Indicadores de carga com ponderação	O sistema apresenta indicadores de carga de trabalho considerando volume, complexidade, prazos e urgência dos processos ?	Deve ser demonstrado painel ou relatório com esses indicadores em tempo real.	NÃO
Aprendizado contínuo da IA	O sistema permite retroalimentação da IA com dados da própria PGM, promovendo aprendizado e customização institucional ?	Deve ser demonstrada a possibilidade de ajuste e evolução dos modelos de IA com base em dados internos.	NÃO
Painel gerencial de distribuição	O sistema possui painel com indicadores de equilíbrio de carga, tempo médio de redistribuições, concentração temática e gargalos ?	Deve ser demonstrado o painel com os indicadores gerenciais mencionados.	NÃO

Quesito 05 – Manutenção e Gestão Eficiente do Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas			
Descrição : este quesito avalia a capacidade do sistema em manter cadastros completos, atualizados e integrados de pessoas físicas e jurídicas, com foco na qualidade dos dados, mecanismos de higienização, pesquisa avançada e visualização de vínculos com processos e CDAs. Também serão verificadas funcionalidades de enriquecimento automático e gestão de representantes legais.			
Item Avaliado	Descrição do item a ser demonstrado	Critério de Avaliação	Obrigatório
Cadastro completo de pessoas físicas e jurídicas	O sistema permite o cadastro detalhado de pessoas, com dados básicos, contatos, endereços, vínculos processuais, bens e observações ?	Deve ser demonstrado o cadastro completo com vinculação a múltiplos processos, débitos e ações.	SIM
Pesquisa avançada com busca fonética	O sistema permite busca por nome (com tolerância a erros), número de processo ou CDA, retornando dados consolidados da pessoa ?	Deve ser demonstrada a ferramenta de pesquisa com retorno estruturado e abrangente.	SIM
Higienização automatizada de dados	O sistema possui ferramenta para validação, correção e complementação de dados cadastrais, com base em regras e fontes externas ?	Deve ser demonstrada a higienização com sugestões automáticas, validação de campos e trilha de auditoria.	SIM
Unificação de cadastros duplicados	O sistema detecta e permite fusão de cadastros duplicados, com apoio de IA ou validação manual ?	Deve ser demonstrada a funcionalidade de detecção e unificação de registros semelhantes.	NÃO

	Anexo I – Termo de Referência Prova de Conceito de Gestão de Processos Judiciais, integrado ao TJRJ, CNJ e demais tribunais	001/2025
---	--	-----------------

Cadastro de representantes legais	O sistema permite cadastrar e vincular representantes legais, com documentos comprobatórios ?	Deve ser demonstrado o vínculo entre pessoas e seus representantes, com campos específicos e anexos.	SIM
Gestão de demandas administrativas vinculadas a Câmaras de Autocomposição	O sistema permite a submissão e controle de demandas administrativas com fluxo próprio, vinculadas a pessoas físicas ou jurídicas ?	Deve ser demonstrada a criação de formulários, geração de processo e vinculação aos cadastros.	SIM
Sugestões automáticas de correção	O sistema utiliza algoritmos para sugerir complementos ou correções com base em padrões definidos pela contratante ?	Deve ser demonstrada a funcionalidade de sugestão automática com base em regras parametrizadas.	NÃO
Visualização de vínculos e relacionamentos	O sistema permite mapear e visualizar vínculos entre pessoas, processos e CDAs, com destaque para grupos econômicos ou interpostos ?	Deve ser demonstrada a visualização dinâmica dos relacionamentos e identificação de padrões de vínculo.	NÃO

Quesito 06 – Ferramenta de Mapeamento, Configuração e Gestão de Fluxos de Trabalho			
Descrição : este quesito avalia a capacidade do sistema em permitir a criação, edição, versionamento e auditoria de fluxos de trabalho institucionais. Serão verificadas funcionalidades como mapeamento visual, ambiente de homologação, documentação técnica, simulação de impacto e segurança nas atualizações.			
Item Avaliado	Descrição do item a ser demonstrado	Critério de Avaliação	Obrigatório
Mapeamento visual de fluxos	O sistema permite o mapeamento visual e parametrizado de fluxos, com definição de etapas, responsáveis, prazos e regras de transição ?	Deve ser demonstrada a ferramenta de mapeamento com interface gráfica e parametrização de regras.	SIM
Ambiente de criação e edição de fluxos	O sistema oferece ambiente intuitivo para criação e edição de fluxos, com interface drag-and-drop e modelos pré-definidos ?	Deve ser demonstrada a criação e edição de fluxos sem necessidade de intervenção da contratada.	SIM
Biblioteca de modelos de fluxo	O sistema disponibiliza modelos de fluxo padrão (ex: execução fiscal, intimações, processos administrativos etc.) ?	Deve ser demonstrada a biblioteca de modelos e sua adaptabilidade.	SIM
Criação de fluxos personalizados	O sistema permite criar múltiplos fluxos por setor, área temática, tipo de processo ou perfil de usuário ?	Deve ser demonstrada a criação de fluxos distintos com base em critérios institucionais.	SIM
Versionamento de fluxos	O sistema registra alterações, autor, data e justificativa, com possibilidade de restaurar versões anteriores ?	Deve ser demonstrado o controle de versões e a restauração de versões anteriores.	SIM
Documentação técnica dos fluxos	O sistema disponibiliza documentação técnica com regras, manuais e diagramas dos fluxos em vigor ?	Deve ser demonstrado o acesso à documentação técnica padronizada.	SIM
Ambiente de homologação	O sistema possui ambiente de homologação com espelhamento da base de produção para testes de fluxos ?	Deve ser demonstrado o ambiente de testes e sua independência do ambiente de produção.	SIM

 PREFEITURA NITERÓI PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	Anexo I – Termo de Referência Prova de Conceito de Gestão de Processos Judiciais, integrado ao TJRJ, CNJ e demais tribunais	001/2025
--	---	------------------------

Segurança nas atualizações	O sistema garante que atualizações não comprometam fluxos existentes, com validação prévia e registro técnico ?	Deve ser demonstrado o procedimento de atualização com validação conjunta e rastreabilidade.	SIM
Auditoria dos fluxos	O sistema possui logs detalhados de execução, atrasos, gargalos e retrabalhos nos fluxos ?	Deve ser demonstrada a ferramenta de auditoria integrada aos fluxos.	NÃO
Simulação de impacto (“what-if analysis”)	O sistema permite simular o impacto de alterações nos fluxos antes da publicação ?	Deve ser demonstrada a funcionalidade de simulação em tempo real.	NÃO
Aplicação manual e controlada de passos	O sistema permite aplicar manualmente passos a múltiplos processos, com visualização prévia e registro em trilha de auditoria ?	Deve ser demonstrada a aplicação em massa com controle e rastreabilidade.	NÃO

Quesito 07 – Ferramenta para Cadastro, Edição e Automação de Documentos Processuais

Descrição : este quesito avalia a capacidade do sistema em permitir à Procuradoria o cadastro, edição e automação de modelos documentais, com autonomia, segurança e integração aos fluxos processuais. Serão verificadas funcionalidades como ações automáticas vinculadas aos documentos, versionamento, campos dinâmicos e painel de indicadores.

Item Avaliado	Descrição do item a ser demonstrado	Critério de Avaliação	Obrigatório
Cadastro e edição de modelos documentais	O sistema permite cadastrar e editar modelos de documentos diretamente pela contratante, com campos variáveis e estrutura parametrizável ?	Deve ser demonstrada a criação e edição de modelos sem necessidade de intervenção da contratada.	SIM
Configuração conforme layout institucional	O sistema permite configurar os modelos conforme o padrão visual e estrutural definido pela Procuradoria ?	Deve ser demonstrada a personalização do layout e formatação dos modelos.	SIM
Ações automáticas vinculadas à emissão de documentos	O sistema permite associar ações automáticas à emissão de documentos (ex: prazos, tarefas, alterações de status, encadeamento de etapas) ?	Deve ser demonstrada a configuração e execução dessas ações automáticas.	SIM
Gestão de modelos por tipo de processo ou unidade	O sistema permite organizar os modelos por tipo de processo, área temática ou unidade, com controle de permissões ?	Deve ser demonstrada a categorização e controle de acesso aos modelos.	SIM
Campos dinâmicos nos documentos	O sistema permite inserir campos dinâmicos preenchidos automaticamente com dados do processo e da dívida ativa ?	Deve ser demonstrada a inserção e preenchimento automático dos campos.	SIM
Versionamento e histórico de alterações	O sistema registra versões dos modelos, com autor, data e tipo de modificação ?	Deve ser demonstrado o controle de versões e histórico de alterações.	NÃO
Segurança e integridade dos documentos gerados	O sistema garante a autoria, bloqueio contra alterações indevidas e vinculação permanente ao processo ?	Deve ser demonstrada a rastreabilidade e proteção dos documentos gerados.	SIM
Importação de modelos externos	O sistema permite importar modelos em formatos abertos (.docx, .odt) para parametrização interna ?	Deve ser demonstrada a importação e adaptação de modelos externos.	NÃO
Integração com protocolo ou peticionamento eletrônico	O sistema permite vincular automaticamente os documentos ao protocolo da Prefeitura ou ao peticionamento eletrônico ?	Deve ser demonstrada a integração com os sistemas externos de envio.	NÃO
Painel de indicadores sobre uso dos modelos	O sistema disponibiliza painel com estatísticas de uso dos modelos (frequência, versões, responsáveis etc.) ?	Deve ser demonstrado o painel com os indicadores de uso e gestão documental.	NÃO

 PREFEITURA NITERÓI PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	Anexo I – Termo de Referência Prova de Conceito de Gestão de Processos Judiciais, integrado ao TJRJ, CNJ e demais tribunais	001/2025
---	---	---------------------------------------

Quesito 08 – Editor de Textos Integrado com Recursos Avançados de Elaboração e Gestão de Documentos			
Descrição : este quesito avalia a qualidade e robustez do editor de textos integrado ao sistema, exigindo que seja baseado em plataformas consolidadas como Google Docs ou Microsoft Word Online. Serão verificadas funcionalidades como salvamento automático, edição colaborativa, integração com modelos e dados processuais, e automação de ações vinculadas aos documentos.			
Item Avaliado	Descrição do item a ser demonstrado	Critério de Avaliação	Obrigatório
Editor baseado em plataforma consolidada	O sistema utiliza nativamente Google Docs ou Microsoft Word Online, com licenciamento institucional ?	Deve ser demonstrada a integração nativa com uma das plataformas exigidas, com uso pleno e autorizado.	SIM
Salvamento automático	O editor realiza salvamento contínuo dos documentos sem necessidade de comando manual ?	Deve ser demonstrado o salvamento automático em tempo real.	SIM
Modo rascunho e vinculação posterior	O sistema permite elaborar documentos em modo rascunho, com posterior vinculação ao processo.	Deve ser demonstrada a funcionalidade de rascunho e vinculação controlada.	NÃO
Acesso à biblioteca de modelos	O editor permite carregar diretamente modelos documentais cadastrados no sistema ?	Deve ser demonstrado o acesso direto à biblioteca de modelos (Quesito 07).	SIM
Sinalização de campos obrigatórios	O editor sinaliza campos obrigatórios com alertas visuais em caso de preenchimento incompleto ?	Deve ser demonstrada a sinalização e validação de campos obrigatórios.	NÃO
Integração com dados processuais	O editor permite inserção automática de dados do processo nos documentos ?	Deve ser demonstrada a integração com dados estruturados do sistema.	SIM
Geração de peças compostas	O sistema permite unificar documentos (ex: petição + CDA) em um único PDF com formatação integrada ?	Deve ser demonstrada a geração de peças compostas com ordenação e formatação.	SIM
Ações automáticas vinculadas à emissão	O sistema automatiza ações como lançamento de prazos e registro no histórico ao emitir documentos ?	Deve ser demonstrada a configuração e execução dessas ações automáticas.	SIM
Edição colaborativa em tempo real	O editor permite edição simultânea por múltiplos usuários com salvamento sincronizado e autoria por trecho ?	Deve ser demonstrada a edição colaborativa com rastreo de alterações.	NÃO
Revisão sem download	O sistema permite carregar documentos de outros usuários em tela, sem necessidade de download local ?	Deve ser demonstrada a funcionalidade de revisão direta em tela.	SIM
Histórico de versões e alterações	O sistema registra versões dos documentos com autor, data e tipo de modificação ?	Deve ser demonstrado o controle de versões e histórico de alterações.	NÃO
Compatibilidade com formatos abertos	O editor é compatível com arquivos DOCX, ODT e PDF, preservando a formatação original ?	Deve ser demonstrada a abertura e edição de arquivos nesses formatos com fidelidade visual.	SIM

Quesito 09 – Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED)

Descrição : este quesito avalia a robustez do módulo de GED integrado ao sistema, com foco em digitalização, organização, segurança, rastreabilidade e conformidade com a LGPD. Serão verificadas funcionalidades como trilha de auditoria, controle de acesso, interoperabilidade com sistemas públicos e relatórios dinâmicos de produtividade.

Item Avaliado	Descrição do item a ser demonstrado	Critério de Avaliação	Obrigatório
Incorporação de documentos	O sistema permite incorporar documentos nativos ou digitalizados, vinculando-os ao processo correspondente ?	Deve ser demonstrada a vinculação direta de documentos ao processo judicial ou administrativo.	SIM
Pesquisa avançada	O sistema permite busca por metadados, nome de arquivo, tipo documental, autor, data de criação etc ?	Deve ser demonstrada a pesquisa com múltiplos filtros e critérios.	SIM
Compressão automatizada de arquivos	O sistema realiza compressão automática para otimizar espaço e facilitar transmissões ?	Deve ser demonstrada a compressão automática e sua aplicação prática.	SIM
Assinatura digital ICP-Brasil	O sistema permite assinatura digital com certificado ICP-Brasil em documentos nativos e digitalizados ?	Deve ser demonstrada a assinatura digital conforme padrão ICP-Brasil.	SIM
Digitalização e indexação	O sistema permite digitalizar, indexar e visualizar documentos a partir de scanners padrão ?	Deve ser demonstrada a digitalização com indexação e visualização integrada.	SIM
Montagem de peças processuais	O sistema permite combinar documentos digitalizados e eletrônicos em peças completas ?	Deve ser demonstrada a montagem de peças compostas com diferentes formatos.	SIM
Exportação para PDF	O sistema permite exportar documentos individualmente ou em lote para PDF ?	Deve ser demonstrada a exportação com preservação da estrutura.	SIM
Anotações e carimbos	O sistema permite inserir anotações e carimbos com histórico de alterações ?	Deve ser demonstrada a edição com rastreabilidade.	NÃO
Controle de acesso por perfil	O sistema permite configurar permissões de acesso conforme perfil institucional ?	Deve ser demonstrado o controle de acesso com base em perfis e funções.	SIM
Trilha de auditoria por gestores	O sistema registra alterações feitas por perfis gestores com autor, data e ação ?	Deve ser demonstrada a trilha de auditoria completa para ações administrativas.	SIM
Logs de acesso e ações	O sistema registra logs com data, hora, usuário e tipo de ação (visualização, edição etc.) ?	Deve ser demonstrado o registro detalhado de logs e ações.	NÃO
Armazenamento seguro e backup	O sistema armazena documentos em ambiente seguro com backup e plano de recuperação ?	Deve ser demonstrada a política de segurança e contingência.	SIM
Interoperabilidade com sistemas públicos	O sistema permite exportação estruturada para SEI, TCE, TJ/RJ etc ?	Deve ser demonstrada a interoperabilidade com sistemas externos.	NÃO
Relatórios dinâmicos de produtividade	O sistema gera relatórios por usuário, setor, tipo de documento e prazos, com BI nativo ou acoplável ?	Deve ser demonstrado o painel de indicadores e exportação de relatórios.	SIM
Conformidade com a LGPD	O sistema atende aos princípios da LGPD, com segurança, rastreabilidade e anonimização ?	Deve ser demonstrada a conformidade com a LGPD e os mecanismos de proteção de dados.	SIM

	Anexo I – Termo de Referência Prova de Conceito de Gestão de Processos Judiciais, integrado ao TJRJ, CNJ e demais tribunais	001/2025
---	--	-----------------

Registro de permanência do usuário	O sistema registra tempo ativo, inativo e sessões abertas por dispositivo ?	Deve ser demonstrado o monitoramento de sessões e permanência.	NÃO
Rastreamento de atividades do usuário	O sistema registra ações como documentos acessados, tarefas acionadas e movimentações realizadas ?	Deve ser demonstrado o rastreamento detalhado de atividades por usuário.	NÃO
Alertas de acesso indevido	O sistema emite alertas em caso de comportamento suspeito ou acesso fora do padrão ?	Deve ser demonstrado o mecanismo de alerta e notificação administrativa.	NÃO
Acessibilidade da interface do módulo GED e demais módulos do sistema	O sistema contempla funcionalidades e padrões que promovem a acessibilidade digital, em conformidade com as diretrizes do eMAG (Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico) ou WCAG (Web Content Accessibility Guidelines - versão 2.1 ou superiores).	Deve ser demonstrada a aderência a padrões de acessibilidade, tais como: leitura por leitores de tela, contraste adequado, navegação por teclado, redimensionamento de texto e sinalização visual de elementos interativos.	SIM

Quesito 10 – Repositório Institucional de Teses Jurídicas, Modelos e Pareceres			
Descrição : Este quesito avaliará a existência de um repositório institucional estruturado para organização, reutilização e padronização de documentos jurídicos e administrativos. Serão verificadas funcionalidades como classificação temática, controle de versões, permissões de acesso, integração com o editor de textos e indicadores de uso.			
Item Avaliado	Descrição do item a ser demonstrado	Critério de Avaliação	Obrigatório
Cadastro de documentos modelo	O sistema permite cadastrar petições, pareceres, notas técnicas, ofícios e requerimentos como modelos reutilizáveis ?	Deve ser demonstrado o cadastro e organização dos documentos modelo no repositório.	SIM
Classificação temática e estrutural	O sistema permite classificar os documentos por tema, setor, tipo, ano e autor ?	Deve ser demonstrada a classificação e filtragem por múltiplos critérios.	SIM
Busca avançada	O sistema possui ferramenta de busca com filtros por palavra-chave, tipo de documento, tema ou número de processo ?	Deve ser demonstrada a busca com retorno estruturado e preciso.	SIM
Controle de versões	O sistema registra histórico de alterações, autor, data e permite restaurar versões anteriores ?	Deve ser demonstrado o versionamento e a restauração de versões.	SIM
Permissões de acesso e edição	O sistema permite configurar permissões de leitura, edição e exclusão por perfil de usuário ?	Deve ser demonstrado o controle de permissões conforme perfil institucional.	SIM
Vinculação a processos reais	O sistema permite vincular modelos a processos reais, com indicação de uso prático ?	Deve ser demonstrada a vinculação e rastreabilidade do uso do modelo.	NÃO
Exportação com campos dinâmicos	O sistema permite exportar modelos com campos dinâmicos para preenchimento automático em novos processos ?	Deve ser demonstrada a exportação com campos parametrizados.	NÃO
Visualização em formato de biblioteca	O sistema apresenta os documentos em formato de biblioteca com pré-visualização ?	Deve ser demonstrada a visualização com navegação facilitada.	NÃO

	Anexo I – Termo de Referência Prova de Conceito de Gestão de Processos Judiciais, integrado ao TJRJ, CNJ e demais tribunais	001/2025
---	--	-----------------

Integração com editor de textos	O sistema permite abrir os modelos diretamente no editor oficial (Google Docs ou Word Online) ?	Deve ser demonstrada a integração com o editor de textos adotado.	NÃO
Indicadores de uso do repositório	O sistema apresenta estatísticas de acesso, uso e alterações recentes dos documentos ?	Deve ser demonstrado o painel de indicadores e relatórios de uso.	NÃO
Notificações para atualização de modelos	O sistema emite alertas para revisão de modelos antigos ou desatualizados ?	Deve ser demonstrado o mecanismo de notificação com base em critérios temporais ou normativos.	NÃO

Quesito 11 – Módulo de Risco Fiscal e Inteligência Institucional (Jurimetria)			
Descrição : este quesito avalia a capacidade do sistema em identificar, classificar e monitorar o risco fiscal decorrente de ações judiciais, com foco em planejamento orçamentário e inteligência institucional. Serão verificadas funcionalidades como geração automatizada de relatórios, painéis gerenciais, filtros cruzados e indicadores de desempenho.			
Item Avaliado	Descrição do item a ser demonstrado	Critério de Avaliação	Obrigatório
Classificação de processos com risco fiscal	O sistema permite identificar e classificar processos com potencial impacto financeiro, com base em valor, tipo de ação, grau de risco e estágio processual ?	Deve ser demonstrada a classificação automatizada e parametrizável dos processos conforme critérios definidos.	SIM
Geração de relatório de risco fiscal	O sistema gera relatórios anuais ou sob demanda, compatíveis com os modelos exigidos pela Secretaria da Fazenda ?	Deve ser demonstrada a geração de relatórios estruturados e exportáveis.	SIM
Atualização automática com possibilidade de ajuste manual	O sistema atualiza automaticamente os dados com base na movimentação processual, permitindo ajustes manuais pelo procurador ?	Deve ser demonstrada a atualização automática e a intervenção manual autorizada.	NÃO
Painel gerencial com filtros	O sistema apresenta painel com filtros por matéria, unidade, tipo de ação e valor estimado ?	Deve ser demonstrado o painel com filtros dinâmicos e visualização clara.	SIM
Exportação de relatórios em múltiplos formatos	O sistema permite exportar relatórios em PDF, Excel e formatos abertos ?	Deve ser demonstrada a exportação com fidelidade e estrutura adequada.	SIM
Vinculação ao acervo dos procuradores	O sistema vincula os processos classificados por risco ao acervo individual dos procuradores ?	Deve ser demonstrada a vinculação e visualização por procurador ou equipe.	NÃO
Indicadores gerenciais e gráficos	O sistema apresenta gráficos e indicadores como volume de ações, êxito por tema, tempo médio de tramitação etc ?	Deve ser demonstrado o painel de indicadores com dados exportáveis.	NÃO
Estatísticas com filtros cruzados	O sistema permite cruzar dados como ações por relator, condenações por área e comparativos entre demandas ?	Deve ser demonstrada a geração de estatísticas com filtros combinados.	NÃO

	Anexo I – Termo de Referência Prova de Conceito de Gestão de Processos Judiciais, integrado ao TJRJ, CNJ e demais tribunais	001/2025
---	--	-----------------

Quesito 12 – Módulo de Inteligência Artificial Generativa Aplicável à Advocacia Pública

Descrição : este quesito avalia a existência de um módulo de IA Generativa integrado ao sistema jurídico, com foco em apoio à redação jurídica, análise de documentos, classificação automatizada e geração de minutas administrativas. Serão verificados critérios de segurança, rastreabilidade, personalização e conformidade com a LGPD.

Item Avaliado	Descrição do item a ser demonstrado	Critério de Avaliação	Obrigatório
Assistente de redação jurídica com IA	O sistema oferece assistente de IA para elaboração inicial de peças e pareceres, com base nos dados do processo e modelos institucionais ?	Deve ser demonstrado o apoio à redação com estrutura padronizada, revisão pelo procurador e registro de uso da IA.	NÃO
Resumo e análise de documentos jurídicos	O sistema gera resumos automáticos de decisões, pareceres e relatórios, com extração de pontos-chave e sugestão de providências ?	Deve ser demonstrada a sumarização com análise contextual e sugestões jurídicas.	NÃO
Classificação automatizada de documentos	O sistema classifica automaticamente intimações, petições e notificações, sugerindo fluxo, unidade responsável e grau de urgência ?	Deve ser demonstrada a leitura semântica e a classificação com base em critérios institucionais.	NÃO
Geração de minutas administrativas padronizadas	O sistema apoia a produção de ofícios, notas e termos com base em dados de entrada e modelos institucionais ?	Deve ser demonstrada a geração de minutas com possibilidade de personalização.	NÃO
Ambiente seguro e controlado de IA	O sistema utiliza modelos de IA em ambiente seguro, com acesso restrito a dados institucionais autorizados ?	Deve ser demonstrado o ambiente controlado e a proteção contra vazamento de dados.	NÃO
Treinamento da IA com dados institucionais	O sistema permite parametrizar e treinar a IA com dados da própria PGM, modelos validados e peças reais ?	Deve ser demonstrada a customização da IA com base em conteúdo institucional.	NÃO
Rastreabilidade e logs de uso da IA	O sistema registra logs das interações com a IA, com identificação do usuário, data e conteúdo gerado ?	Deve ser demonstrado o controle de uso e a rastreabilidade conforme a LGPD.	NÃO
Validação obrigatória por servidor público	O sistema exige validação humana antes do uso externo de conteúdo gerado por IA ?	Deve ser demonstrado o mecanismo de validação obrigatória e controle institucional.	NÃO

Observação: os itens **PRIORITÁRIOS** (obrigatórios) e os **NÃO PRIORITÁRIOS**, mas desejáveis, pois afetam a usabilidade e o nível de rendimento dos usuários na execução de suas atividades, estão sinalizados na última coluna das tabelas referentes aos quesitos que comporão a avaliação da PoC, adiante exibidas.

8. CRONOGRAMA ESTIMADO DA PoC

8.1. O cronograma apresentado a seguir estabelece os principais prazos a serem atendidos nas etapas que compõem a **PoC – Prova de Conceito** detalhada neste Termo de referência

 PREFEITURA NITERÓI PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	Anexo I – Termo de Referência Prova de Conceito de Gestão de Processos Judiciais, integrado ao TJRJ, CNJ e demais tribunais	001/2025
--	---	------------------------

e

edital.

8.2. Os prazos apresentados no cronograma abaixo poderão sofrer alterações de acordo com a necessidade da PGM Niterói.

8.3. Caso o prazo de determinada etapa sofra alterações, a PGM Niterói divulgará os novos prazos das etapas seguintes, com a devida antecedência.

PoC Prévia - Sistema de Gestão Processual para Procuradoria - Cronograma estimado		
Data Inicial	Data Final	Descrição da etapa
07/07/2025	14/07/2025	Inscrição das empresas interessadas em participar da PoC prévia : análise do kit documental, entrega da documentação de habilitação e proposta técnica.
15/07/2025	18/07/2025	Esclarecimento de dúvidas.
21/07/2025	24/07/2025	Julgamento, pela Comissão Técnica da PGM Niterói, das documentações recebidas.
25/07/2025	26/07/2028	Publicação do resultado da avaliação/julgamento das propostas recebidas.
28/07/2025	31/07/2025	Assinatura do Termo de Aceite e de Confidencialidade por parte das empresas habilitadas.
01/08/2025	01/08/2025	Sorteio que definirá a sequência das apresentações/testes na PoC.
01/08/2025	10/08/2025	Execução, pelas PROPONENTES, das integrações sistêmicas e preparação para apresentação da solução na PGM Niterói.
11/08/2025	15/08/2025	Apresentação dos sistemas pelas PROPONENTES (sessão de amostragem - cláusula 3 do TR).
18/08/2025	25/08/2025	Fase interna, na PGM Niterói, de testes dos sistemas aprovados na PoC (cláusula 4 do TR).
26/08/2025	28/08/2025	Elaboração do relatório final pela CT-POCPJ - Comissão Técnica da PGM Niterói, para uso interno (Edital - cláusula 9 - item 9.11)